

Aprovada em segundo turno a emenda das telecomunicações

Relator Francelino Pereira rejeita todas as alterações sugeridas, oposição protesta, mas plenário dá 63 votos a favor da proposta enviada pela Câmara dos Deputados

Regra de transição para os salários

Página 3

Acaba 1ª fase da modernização do Senado

Página 3

Em debate, fim da contribuição para sindicato

Por sugestão da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), a Comissão de Assuntos Sociais promoverá audiências públicas com sindicalistas sobre projeto que acaba com a contribuição sindical. **Página 2**



Ademir

Marina

Amorim

Senadores manifestam revolta com chacinas

As chacinas em conflitos entre sem-terras e proprietários de fazendas no Norte do país provocaram manifestação de revolta dos senadores Marina Silva (PT-AC), Ernandes Amorim (PDT-RO) e Ademir Andrade (PSB-PA).

Ernandes Amorim e Marina Silva reportaram-se ao massacre de 38 pessoas em Rondônia, quarta-feira.

Marina Silva pediu que seja formada uma comissão especial do Senado para juntar-se à outra, da Câmara, visando apu-

rar responsabilidades frente aos conflitos, obtendo o apoio do senador Romero Jucá (PFL-RR).

Ademir Andrade comunicou ao plenário ter recebido um telefonema de Santana do Araguaia, no Pará, no qual foi informado sobre outro conflito que teria resultado em cerca de 40 mortes naquela localidade e pediu providências imediatas ao Governo. "A situação está insuportável e as autoridades agem como se nada estivesse acontecendo", protestou.

Com uma contagem de 63 votos a favor e 11 contra, o Senado aprovou ontem, em 2º turno, a emenda constitucional que quebra o monopólio estatal no setor de telecomunicações. A emenda foi aprovada na forma remetida pela Câmara dos Deputados.

O relator da proposta, senador Francelino Pereira (PFL-MG), rejeitou todas as emendas apresentadas à proposta, o que gerou muitos protestos em plenário, especialmente dos senadores que pretendiam deixar estabelecido no texto que a matéria seria regulamentada por lei complementar.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Freire (PPS-PE) defenderam a aprovação do projeto original do governo, sem as emendas feitas pela Câmara. Segundo eles, no texto original estava garantido o controle público do setor.

Ao anunciar que manteria seu voto favorável, da mesma maneira que havia votado no 1º turno, o senador Esperidião Amin (PPR-SC) concordou com Simon e Freire e estranhou que o governo tenha "lavado as mãos" frente às mudanças feitas pela Câmara em seu projeto.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Lauro Campos (PT-DF), Antônio Carlos Valadares (PP-SE) e Josaphat Marinho (PFL-BA), manifestaram-se contra a aprovação da emenda durante os debates e o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) defendeu a proposta de flexibilização do monopólio.



■ Ministros José Israel Vargas e Luiz Felipe Lampreia debatem projeto da Lei de Patentes com membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. **Página 3**

Alcântara destaca construção de açude no Ceará

Na visita do ministro Gustavo Krause, dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, ao Ceará, na semana passada, foi assinado protocolo de intenções entre o Dnoes (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e o governo do estado para a construção do açude Castanhão. Entusiasmado, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem a importância estratégica da obra dentro de "um projeto desenvolvimentista do semi-árido nordestino".

Outro resultado da visita foi a comunicação, feita pelo ministro, de que há possibilidade concreta de conclusão de obras hídricas inacabadas, registrou o senador.

O Castanhão, segundo Lúcio Alcântara, deverá ter capacidade de armazenagem maior que a do açude de Orós e contribuirá para viabilizar a transposição das águas do São Francisco.

Os senadores Gilberto Miranda (PMDB-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Wilson (PSDB-PE), Romero Jucá (PFL-RR), Antônio Carlos Valadares (PMDB-SE) e Fernando Bezerra (PMDB-RN), em apartes, hipotecaram seu apoio ao projeto.



Alcântara

Trabalhadores debaterão fim de taxa para sindicato

Comissão de Assuntos Sociais decide promover audiências públicas sobre projeto

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) decidiu ontem promover audiências públicas com representantes sindicais, federações e confederações, para então posicionar-se sobre o projeto de lei da Câmara que propõe a extinção da contribuição sindical.

A discussão da matéria dominou os trabalhos da comissão na manhã de ontem, prevalecendo a tese da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que enfatizou a necessidade de o projeto ser discutido mais

detalhadamente com os trabalhadores. Emília Fernandes disse ter recebido mais de 140 manifestações contrárias à extinção do chamado imposto sindical, e pediu a abertura de diálogo entre o Congresso e os trabalhadores e seus representantes.

A senadora Marina Silva (PT-AC), relatora do projeto, acabou não apresentando seu relatório, que conclui pelo fim da contribuição. Contudo, a senadora acreana também apoiou a realização das audiências.

Aprovado acordo de liberdade sindical

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou, ontem, o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical adotada em São Francisco por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da OIT.

Relatado por Benedita da Sil-



Benedita (C) relatou projeto na Comissão

va (PT-RJ), o projeto - que ainda irá ao plenário do Senado - representa a primeira tentativa de transformar em obrigações jurídicas precisas a liberdade de trabalhadores e empregadores de se filiarem a organizações sindicais.

Comissão da TJLP vai ouvir órgãos regionais

Na reunião de instalação da Comissão Mista da medida provisória sobre a taxa de juros de longo prazo para as operações dos fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, realizada ontem pela manhã, foi aprovada proposta do relator, senador Jonas Pinheiro (PMDB-MT), para que sejam ouvidos dirigentes e técnicos dos órgãos de desenvolvimento regional, antes da votação do parecer a ser encaminhado ao plenário do Congresso Nacional.

Tuma acompanha apuração de assédio sexual

A Corregedoria do Senado vai acompanhar os trabalhos da Comissão de Sindicância que apura denúncia de assédio sexual contra o chefe da segurança Francisco Pereira da Silva. O corregedor, senador Romeu Tuma (SP), informou da decisão ontem, após reunião com o presidente do Senado, José Sarney.

Segundo Tuma, a ação da Corregedoria será meramente de assistência, uma vez que segundo a norma que criou o órgão, sua atuação centra-se unicamente na atividade dos parlamentares.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado Federal
Pauta: Agenda em aberto.

COMISSÕES

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.079/95, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências.
Pauta: Palestra a ser proferida pelo Ministro do Trabalho, Paulo Paiva. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Previsão dos trabalhos para a próxima semana.
Terça-feira (15.08.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de projetos. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial do Código Civil

Pauta: Palestra do Professor Álvaro Vilaça. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre financiamento do Vale do São Francisco. Palestrantes: representantes do Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, BNDES e da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do Relator da Comissão da Reforma Política, Eleitoral e Partidária da Câmara dos Deputados, deputado João Almeida. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Lampreia nega acordo secreto

Ao depor no Senado, ministro desmente existência de protocolo sobre patente com governo dos EUA para evitar retaliações comerciais

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, questionado na manhã de ontem, no Senado, pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), negou a existência de um acordo ou protocolo secreto firmado entre o Itamaraty e o governo norte-americano em que o Brasil se comprometeria a fazer concessões no campo de reconhecimento de patentes, para evitar retaliações comerciais.

A posição do governo brasileiro sobre o projeto de Lei de Patentes, em tramitação no Senado, foi defendida em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pelos ministros Luiz Felipe Lampreia e Israel Vargas, da Ciência e Tec-



Comissão de Assuntos Econômicos ouve ministros

nologia, por iniciativa do relator do projeto, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). Ele anunciou que entregará seu parecer à comissão dentro de 10 dias.

Lampreia e Vargas defenderam o retorno da *pipeline* (garantia de patente a produtos

ainda em fase de pesquisa) ao projeto. Um dos pontos mais controvertidos da matéria, a *pipeline* foi retirada do projeto durante sua tramitação na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em sua exposição, Lampreia alertou para a iminência de novas retaliações comerciais por parte dos Estados Unidos, caso o Brasil não confirme uma posição inequívoca sobre o reconhecimento das patentes.



Renan Calheiros

Modernização do Senado conclui 1ª fase

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Assessoria Especial de Modernização do Senado, anunciou em discurso que está concluindo a primeira etapa do trabalho.

Entre os projetos entregues à Mesa, encontram-se a transformação do Cedesen em Instituto Legislativo Brasileiro; a extinção da representação do Senado no Rio; a transformação de cada gabinete de senador em "gabinete padrão" e criação de uma única comissão de licitação.

Renan Calheiros disse que a segunda etapa da modernização trata da reorganização da estrutura administrativa da Casa.

Protesto contra teste nuclear

A decisão do governo francês de reiniciar em setembro os testes nucleares no atol de Mururoa recebeu o protesto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao recordar a morte de 70 mil pessoas em Nagasaki, no Japão, vítimas de bombardeio atômico na Segunda Guerra. A senadora quer que o governo brasileiro busque sensibilizar os dirigentes da França no sentido de reverter a decisão que "representa uma ameaça à boa vontade entre os povos e à paz mundial".

Jucá propõe a criação de Justiça Agrária

Por entender que as questões de terra estão sendo precariamente atendidas pela Justiça Federal, pela Justiça Comum e pela Justiça do Trabalho, o senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição instituindo uma Justiça Agrária no país. Para o senador, o homem do campo sofre prejuízo econômico toda vez que precisa deixar suas atividades para ir à cidade tratar dos seus interesses.

- Os recursos financeiros do camponês são escassos, a assistência judiciária praticamente inexiste e, como um joguete, ele bate às portas da Justiça do Trabalho, depois vai à Justiça Comum, até ver a competência deslocada para a Justiça Federal, que só funciona nas capitais dos estados - argumenta Jucá.

Relator defende regras de transição para salários

O relator da medida provisória sobre a desindexação, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), defendeu ontem uma "política de transição" para os salários.

Pela manhã, a Comissão Mista do Congresso encarregada de analisar a MP 1.079 discutiu a questão com representante da Associação Comercial do Rio, e pôde comprovar a preocupação do empresariado com a insistência do governo em manter os impostos indexados.

O empresário Álvaro Catão, vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, apoiou a desindexação, mas observou que uma inflação anual da ordem de 30% representa um índice ainda alto para que esse processo seja executado por completo e de imediato.

O ciclo de debates da comissão mista em torno da MP 1.079 termina hoje com a participação do ministro do Trabalho, Paulo Paiva.

Consulta sobre o petróleo

A realização de uma consulta à população em torno da emenda que flexibiliza o monopólio de petróleo, em exame no Senado, foi defendida ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG).

Na reunião presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), foram ouvidos sobre a questão do petróleo o ex-ministro de Minas e Energia Aureliano Chaves; o

diretor de Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luis Pinguelli Rosa; e o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Fernando Leite. Eles afirmaram que a proposta de emenda não vai flexibilizar o monopólio estatal brasileiro, e sim extinguir esse monopólio.

Mauro quer alimento com imposto menor

Senador defende a redução da carga tributária de 32% para 7% a fim de estimular a geração de empregos e reivindica compensação para os estados produtores



José Ignácio

Ignácio pede recuperação da cafeicultura

A imediata liberação dos recursos destinados à recuperação das lavouras de café no Espírito Santo foi reclamada pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que considerou um escárnio a liberação de apenas R\$ 700 mil dos R\$ 12,7 milhões do Funcafé prometidos pelo governo.

Segundo explicou, essa pequena verba, pulverizada nas diversas agências do Banco do Brasil, significou, em média, R\$ 20 mil a serem distribuídos entre os produtores de cada região.

- Revolto-me contra a pirataria escancarada que alguns setores do governo federal desenvolvem contra a economia do meu estado. Enoja-me a insensibilidade da burocracia estatal que, olímpicamente, insiste em desconhecer as angústias, as dificuldades, os anseios e o suor dos homens que lidam com a terra - disse.

A redução da carga tributária aos níveis internacionais de 7%, no setor de alimentos, poderia levar à criação de 626 mil novos empregos no campo e nas indústrias transformadoras. A análise foi feita ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ao comentar a reunião de governadores em Belo Horizonte para discutir a reforma tributária. "Atualmente, a carga de tribu-

tos que pesa sobre os alimentos é de absurdos 32%", afirmou o senador.

Miranda disse ainda que é indispensável buscar instrumentos de compensação que mantenham o poder de arrecadação dos estados. "Goiás e os outros estados do Centro-Oeste são celeiros agrícolas com elevada dependência da produção marmária, sua principal fonte arrecadadora", justificou.



Iris Rezende

Iris conclama o PMDB à união

O papel do PMDB na transição democrática foi destacado ontem pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), ao conclamar as principais lideranças da agremiação a se unirem em torno do fortalecimento da sigla.

"O nosso partido tem coragem, unidade e votos para sustentar o governo ou para se opor a ele, caso os interesses da população não estejam sendo perseguidos", assinalou.

Todos os grandes nomes do PMDB, incluindo ministros, parlamentares e governadores, foram lembrados por Iris, que ressaltou a importância do desempenho destes políticos para o futuro do partido.

Iris foi apartado pelos senadores peemedebistas Pedro Simon (RS), Ney Suassuna (PB), Casildo Maldaner (SC), Gilberto Miranda (AM) e Jäder Barbalho (PA), que enalteceram o passado do senador goiano na história do PMDB.

Senado homenageia Florestan Fernandes

O plenário do Senado Federal observou ontem um minuto de silêncio pela morte do ex-deputado e professor Florestan Fernandes. "Florestan nos deu constantemente uma lição de vida através de sua força de vontade e capacidade de procurar construir um dia-a-dia sob a perspectiva de mudar o Brasil", disse a senadora Benedita da Silva (PT-SP).

A pedido do presidente José Sarney, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) representa o Senado nos funerais de Florestan Fernandes.

Os senadores Bernardo Cabral (PP-AM), Sebastião Rocha (PDT-AP), Lúcio

Alcântara (PSDB-CE) e Esperidião Amin (PPR-SC) apoiaram as homenagens propostas e lamentaram a perda do intelectual, homem público e educador. Bernardo Cabral lembrou que Florestan Fernandes "marcou de forma indelével" sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte.

Lúcio Alcântara disse que Florestan Fernandes destacou-se por sua integridade, idéias e fidelidade aos princípios que nortearam sua vida. Esperidião Amin assinalou que esse é o momento de "começarmos a reverenciar a vida e a obra do educador".

Cafeteira anuncia novo partido

A decisão de fundir três partidos, PPR, PP e PTB, e criar uma nova legenda foi anunciada ontem pelo senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA). Segundo o senador, as

comissões diretoras, presidentes e lideranças dos três partidos se reuniram quarta-feira no Senado com o objetivo de iniciar os entendimentos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.